



**Ata da 12.ª Reunião de Câmara | Ordinária | Pública**  
**19 de abril de 2021, 16:00h**  
**Maia, Paços do Concelho | Videoconferência**

Ao décimo nono dia do mês de abril de 2021, pelas 16:00h, por videoconferência através da plataforma zoom, realizou-se a 12.ª reunião de Câmara, ordinária, pública.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereadora, Emília de Fátima Moreira dos Santos
3. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
4. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
5. Vereadora, Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
6. Vereador, José António Andrade Ferreira
7. Vereador, Jaime Manuel da Silva Pinho
8. Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho
9. Vereadora, Paula Cristina Romão Pereira
10. Vice-Presidente, Marta Moreira de Sá Peneda

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

**1. Período de intervenção do público**

**Sem intervenções.**



*offen*

## **2. Período antes da ordem do dia**

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio para abordar a falta de oferta de transportes públicos rodoviários nas imediações do local onde se estava a fazer a vacinação em Gemunde. Como era do conhecimento geral, a Linha 20 da Maia Transportes fazia esse serviço público regularmente, mas considerava que a Câmara Municipal já devia ter pedido autorização à Área Metropolitana do Porto para reforçar o serviço, dado que essa Linha não tinha oferta ao fim-de-semana. Dada a questão de naquele momento haver uma vacinação maciça de pessoas numa zona afastada de centros urbanos, não lhe parecia de todo atendível que não se tivesse previsto, desde a abertura do centro de vacinação, a cobertura de oferta dos transportes públicos rodoviários em redor do local, aos fins de semana e um reforço durante os dias úteis.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio para falar sobre a questão dos acessos à Escola do Castelo da Maia, porque tendo sido retomadas as aulas, verificava-se que os meninos continuavam a circular na berma da variante à EN14, com evidentes riscos e perigos inerentes à circulação de viaturas no mesmo local. Mais questionou se o Município já tinha tomado medidas para acautelar a segurança das crianças que se deslocavam para a escola. A segunda questão prendia-se com o facto de uma munícipe se ter dirigido ao JPP, pedindo ajuda para o seguinte: pelos vistos, houve alguém que fez queixa por ruído produzido por um restaurante na zona industrial da Maia, tendo já sido feita uma inspeção ao local, há mais de seis meses e que tinha dado razão à queixosa, mas o Município não tinha tomado nenhuma medida. Também questionou o que passava para o Município, tendo um relatório da inspeção dizendo que a munícipe tinha razão, não tivesse tomado medidas nesse sentido.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho interveio, referindo que na última reunião, na parte final, foi falada a possibilidade da realização de uma reunião extraordinária no dia 12 daquele mês, por causa do apoio à economia local, mas se não fosse nesse dia, esse assunto ficaria agendado para aquela reunião. Como não se realizou a reunião extraordinária nem estava agendado naquela reunião, questionou o que se passava.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago esclareceu que tinha sido avançada essa possibilidade, mas depois a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos e Secretária da reunião, Marisa Neves, enviou ao Executivo Municipal um e-mail, dando nota, atempadamente, de que a reunião extraordinária não se iria realizar.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho esclareceu que, inicialmente, havia uma convicção criada erradamente que o assunto teria que vir a reunião de Câmara para aprovação dos apoios e depois, aquando da seleção, perceberam que, e de acordo com o Regulamento, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha autonomia para decidir, e depois, o que viria à Câmara era o relatório de auditoria relativamente ao cumprimento das regras e dos beneficiários do apoio. Mais referiu que a reunião tinha sido desconvocada dado que o Senhor Presidente da Câmara tinha autonomia para, mediante proposta dos Serviços, deferir o pagamento dos apoios.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras solicitou o ponto de situação da execução da medida.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho deu nota de que, naquele momento, já estavam avaliadas todas as candidaturas, e nessa semana iria começar a celebração dos contratos e o pagamento às empresas beneficiárias. Mais deu nota de que tinham sido mais de trezentas empresas, sendo a maioria cafés e restaurantes, táxis, automóveis de aluguer e cabeleireiras (os), não ficando muito aquém do que tinham previsto em relação aos principais beneficiários. Mais acrescentou que tinham concorrido em larga escala, alguns mais do que uma vez e houve também problemas com a falta de documentação para instruir os processos.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho questionou se a média era de duas pessoas por empresa.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho afirmou que não poderia responder a isso, mas que havia de tudo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago deu nota de que no fim os Serviços Camarários responsáveis iriam apresentar um relatório a ser presente em sede de reunião camarária, tendo o Senhor Vereador





Paulo Fernando de Sousa Ramalho acrescentado que, para além do serviço interno, tinha sido criada uma equipa de auditoria externa para que não houvesse nenhum tipo de suspeição, dado que se aperceberam que aquele tipo de questões eram mais melindrosas do que pareciam, havendo empresas a candidatar-se muitas vezes, considerando que até poderia ser um lapso, e à cautela tinham-se inscrito mais do que uma vez.

A Senhora Vice-Presidente, Marta Moreira de Sá Peneda, relativamente à questão do ruído levantada pelo Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho, referiu que estariam a falar do restaurante "O Industrial", sendo uma questão já muita antiga entre dois familiares, e que tinha sido pedida à Câmara Municipal uma avaliação do ruído. Como era normal, a Câmara diligenciou no sentido de a mesma ser feita, promovida por entidades independentes. O relatório chegou à Câmara Municipal e a queixosa solicitou acesso ao documento, e após ter sido consultada a Divisão Jurídica foi-lhe facultado o mesmo. Mais referiu que a queixosa tinha feito uma exposição à ASAE, mas o que era efetivamente a competência da Câmara Municipal era notificar o restaurante nos termos do relatório e o resultado dessa avaliação comprovava que estabelecimento não cumpria os níveis de ruído previstos na Lei. Mais referiu que não entendia quando o Senhor Vereador tinha referido que a Câmara Municipal nada tinha feito, não concordando, porque desde que tinha sido feita a reclamação, a Autarquia tinha promovido, aliás como sempre fazia, todas as diligências que tinha que promover, tal como a medição dos níveis de ruído, elaboração do relatório e facultação do mesmo, considerando que foram seguidos os trâmites legais, tendo na sua posse documentação que o comprovava.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago mais deu nota de que a Múncipe podia vir falar sempre com a Câmara Municipal em vez do JPP, dado que não precisava de ser chamado para o assunto ser resolvido e que a Câmara Municipal resolvia.

A Senhora Vereadora Marta Moreira de Sá Peneda mais deu nota de que tinha na sua posse uma certidão assinada pelo Diretor do Departamento de Sustentabilidade Territorial, Francisco Cunha, a atestar que o restaurante "O Industrial" não cumpria o estabelecido no regime jurídico nos regimes diurno, entardecer e noturno. Mais acrescentou que lhe tinha sido transmitido pela Chefe de Divisão, Marta Moreira,



que o assunto estava nas mãos do Rui Gonçalo, Técnico responsável da Autarquia por, depois de ter recebido o relatório, comunicar ao estabelecimento comercial em questão o teor do documento, tendo o Senhor Presidente solicitado à Senhora Vereadora que acompanhasse aquele processo, para ser comunicado rapidamente, se ainda não tivesse sido feito, a quem de direito, para ser cumprido o que estava estabelecido no relatório e dar também conhecimento à queixosa, a Senhora Alice Sá.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, quanto à questão dos acessos ao Centro Escolar do Castelo da Maia, esclareceu que a obra das Infraestruturas de Portugal não tinha contemplado um conjunto de passeios que deveria ter contemplado. Mais acrescentou que esse assunto já tinha sido levantado pelo Senhor Vereador numa outra reunião, e na altura foi-lhe dado nota que essa obra era do Governo, das Infraestruturas de Portugal e na qual a Câmara da Maia não mandava nem pagava. Mais referiu que, em devido tempo, a Câmara tinha levantado essa questão e, uma vez que o Governo não tinha feito os passeios, e sendo necessários, a Câmara, responsabilmente, estudou o assunto quer na zona do Jumbo, quer na zona de acesso a Barca, quer no Castelo, tendo concluído que os passeios eram necessários, senão as pessoas andavam na berma da estrada. Mais referiu que a Divisão do Espaço Público tinha desenvolvido um projeto para resolver aquele problema, tendo o mesmo sido enviado para as Infraestruturas de Portugal, dado que eram esses os responsáveis pela obra que já tinha sido dada como concluída, embora ainda não tivesse sido rececionada. Quanto à manifesta degradação do pavimento constatada em algumas zonas, designadamente nas zonas das rotundas, a empresa já tinha notificado o empreiteiro para corrigir os pavimentos que tinham sido construídos em tempo de chuva, e que tal ocorreria no final de abril e início de maio. Quanto aos passeios, aguardava que a IP respondesse se assumia, tal como era sua obrigação, mas se a empresa não assumisse, a Câmara Municipal construiria ela própria os passeios, no período da primavera e início do verão. No entanto, queriam e achavam de bom tom que as Infraestruturas de Portugal assumissem isso, tendo pena que os mesmos não tivessem sido previstos, tal como a Câmara Municipal tinha solicitado, em devido tempo.





O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio para reforçar o que o Senhor Presidente tinha dito, e que se as Infraestruturas de Portugal não fizessem os passeios, a Câmara Municipal assumiria, dado que antes de tudo estavam as crianças.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago referiu que o Senhor Vereador tinha que perceber que as coisas levavam o seu curso e que se fosse apresentada à Câmara uma proposta para fazer um ajuste direto urgente e imperioso, o Senhor Vereador, se calhar, votaria contra, dado que o fazia sempre. Mais deu nota de que era preciso educar as pessoas, e o Senhor Vereador tinha essa obrigação, de informar pedagogicamente que as coisas levavam o seu curso e não se podia só exigir, reivindicar e postar no facebook. Era preciso dar a conhecer que o Governo estava a fazer uma obra que estava a ser pedida há mais de trinta anos, embora com essa falha e da estrutura pedonal que estava só prevista numa fase posterior, mas já estava feita a pedido da Câmara Municipal, mas as pessoas embora tivessem razão, tinham que perceber que as coisas levam tempo.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho deu nota de que na parte norte dessa obra, o piso estava mau e apenas com poucos meses.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago esclareceu que a pavimentação tinha sido deficiente e que a Infraestruturas de Portugal iria proceder à sua correção.

A Senhora Vereadora Emília de Fátima Moreira dos Santos deu nota de que tinham pedido o reforço de transportes e em concreto da Linha 20, que em tempos tinha uma passagem, durante a semana, de oito circulações e que agora era de trinta, em favor do Centro de Vacinação, e ao fim de semana tinha vinte e nove circulações, quando anteriormente não tinha qualquer circulação. Mais acrescentou que o mesmo tinham feito para aquele que tinha aberto naquele dia, em Gueifães, e que, independentemente de ser periférico ou central, a Câmara Municipal tinha pedido o reforço de circulação de transporte público, dado que quer num quer noutra estimavam que passariam por esses dois Centros cerca de três mil pessoas por dia. Mais referiu que contavam com a colaboração das Juntas de Freguesia que à data de 4 de abril tinham feito cerca de cento e quarenta e quatro transportes e das Associações Humanitárias dos Bombeiros de Moreira e de Pedrouços como também



da presença sempre assídua da Cruz Vermelha Portuguesa, nomeadamente para as pessoas com mobilidade reduzida e acamados.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota de que no fim de semana anterior, não o último, isso não estava em curso, até porque tinha tido reuniões com os operadores, afirmou que até quarta-feira da semana passada esse pedido não tinha sido realizado. Mais referiu que também a AMP não tinha recebido nenhum pedido, mas ficava satisfeita se a situação já estava coberta.

A Senhora Vereadora Emília de Fátima Moreira dos Santos deu nota de que poderia reencaminhar os e-mails, e que a data de resposta era de 12 de abril, ao pedido feito anteriormente, tendo a Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras agradecido então o seu envio, salientando que o Centro de Vacinação já estava aberto há muito tempo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago referiu que ninguém tinha deixado de ser vacinado por falta de transportes, tanto mais que as Juntas de Freguesias, os Bombeiros, a Cruz Vermelha e a própria Câmara tinham-se mobilizado para fazer o transporte. Mais acrescentou que exigir aos operadores que reforçassem, sendo tudo isso pago, numa lógica de serviço público, e que os impostos pagavam tudo, era uma visão despesista, com a qual não poderia concordar.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota de que concordava e que teria que haver uma oferta adaptada à procura, mas uma coisa que não podia ser esquecida era que a mobilidade era um direito social e, se no local do centro de vacinação, durante um, dois fins de semana, não houvesse de facto transporte público, era algo que deveria ter sido acautelado logo de início. Se já tinha sido acautelado, então o problema já tinha sido ultrapassado. Relativamente aos veículos em período de madrugada e noturno, referiu que se poderiam utilizar veículos de capacidade mais reduzida e que era uma sugestão que poderia ser feita à STCP.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago salientou que já tinha questionado a Administração da STCP sobre isso. Mais acrescentou que era a favor do transporte público gratuito e que já tinha colocado essa questão na Área Metropolitana do Porto, há cerca de dois anos, numa reunião





ainda antes da STCP estar intermunicipalizada. Mais deu nota de que, se não fosse de uma vez só, que houvesse uma tendência para a gratuitidade do transporte público, para que tivesse o máximo de eficácia e que fosse bem gerido, considerando que o mesmo estivesse disponível para as pessoas, se o objetivo era descarbonizar e de cimentar o uso do transporte público.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, referindo que havia estudos que diziam qual era a elasticidade do preço *versus* a procura, e realmente, essa medida da implementação do PART tinha permitido verificar que, no que conferia a essa elasticidade do preço, de trinta, quarenta euros, estavam perfeitamente dentro do alcance que a procura ainda tinha em termos de elasticidade do preço na Área Metropolitana do Porto. Mais deu nota de que corroborava tendencialmente gratuito, mas não gratuito, porque quando nos sistemas internacionais havia a gratuitidade, depois deixava-se de obrigar as pessoas a fazerem validações, e a validação era um instrumento de planeamento de gestão de recursos muito importante que não podiam deixar cair, sob pena de estarem a resvalar para outras situações. Mais deu nota de que considerava que os preços praticados não eram de graça, mas já era tendencialmente gratuito, sendo também uma forma de responsabilizarem o cidadão para cuidar do que era seu e para a defesa do sistema público, e daí não defender a gratuitidade absoluta.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago referiu que também concordava com as palavras da Senhora Vereadora e que tinha falado em gratuitidade na perspetiva de se inverter a tendência.

O Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves interveio, dando nota de que havia a tendência em confundir transporte gratuito com transporte gratuito na utilização, dado que o transporte nunca era gratuito porque as pessoas pagavam os seus impostos, agora poder-se-ia não pagar a utilização, o que era uma coisa diferente. Mais acrescentou que concordava com a intervenção do Senhor Presidente porque a única forma de promover a utilização maciça de transportes públicos era a gratuitidade e com a taxação rigorosa e escalonada, dependente dos quilómetros dos centros da cidade e da utilização do carro quando havia transporte público gratuito.





### **3. Aprovação da ata da 10.ª reunião extraordinária de 29 março de 2021**

A Senhora Vereadora Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho interveio, dando nota de que tinha retificações de pormenor e que as enviaria via e-mail para a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos e Secretária da Reunião, Marisa Neves.

Submetida a discussão e votação foi a ata da 10.ª reunião extraordinária de 29 de março de 2021, **aprovada por unanimidade**, introduzindo-se breves retificações de pormenor propostas pela Senhora Vereadora Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho.

Mais deliberou retificar a parte deliberativa do ponto 25, por lapso, não constava referência expressa à concessão da licença, devendo constar: "Submetidas a discussão e votação foram as alterações efetuadas nos termos do disposto no ponto n.º 8 do artigo 27.º do RJUE, deferimento do projeto de arquitetura e concessão da licença, sujeito às condições impostas na informação técnica PI: 1235/21.2, aprovadas por unanimidade".

Mais deliberou retificar o resumo da proposta do ponto 31, onde se lia "Assunto: Pedido de informação prévia n.º 3552/19" devia ler-se "Assunto: Pedido de informação prévia n.º 173/21".

O Senhor Vereador José António Andrade Ferreira não participou na votação, em consequência do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

### **4. Aprovação da ata da 11.ª reunião ordinária de 06 abril de 2021**

A Senhora Vereadora Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho interveio, dando nota de que tinha retificações de pormenor e que as enviaria via e-mail para a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos e Secretária da Reunião, Marisa Neves.

A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão Pereira interveio, dando nota de que na linha 12 do Período de Antes da Ordem do Dia deveria retificar-se a palavra "centena" para "centenas".

Submetida a discussão e votação foi a ata da 11.ª reunião ordinária de 06 de abril de



2021, **aprovada por unanimidade**, com breves retificações propostas pelas Senhoras Vereadoras Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho e Paula Cristina Romão Pereira.

O Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves não participou na votação, em consequência do impedimento legal previsto no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

#### **5. Alteração dos Estatutos da STCP – Sociedade Transportes Coletivos do Porto**

Proposta n.º 13 214/21 subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta de alteração dos estatutos **aprovada por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal para os efeitos previstos no artigo 22.º-A do RJAEL e alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

#### **6. Atribuição de subsídio extraordinário à Associação Desportiva e Recreativa de S. Pedro Fins, no valor de 1500,00 € (mil e quinhentos euros), tendo em vista a comparticipação financeira desta Câmara nos custos de deslocação aos Açores, para participação na 2.ª eliminatória da Taça de Portugal, na modalidade de futsal**

Proposta n.º 9988/21 subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta, autorizando a atribuição de um subsídio excecional à Associação Desportiva e Recreativa de S. Pedro de Fins, no valor de 1500,00 Euros, **aprovada por unanimidade**.

#### **7. Realização do evento Maia Symphonic – Edição 2021**

Proposta n.º 10 134/21 subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura Mário Nuno Alves de Sousa Neves

Submetida a discussão e votação foi a proposta da realização do evento Maia Symphonic – Edição 2021, **aprovada por unanimidade**.





#### **8. Realização do evento “Encontros de Jazz” a ocorrer entre 18 e 20 de junho de 2021**

Proposta n.º 10 106/21 subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura Mário Nuno Alves de Sousa Neves

Submetida a discussão e votação foi a proposta da realização do evento “Encontros de Jazz”, **aprovada por unanimidade**.

#### **9. Procedimento n.º 144/2021 – Aquisição de serviços da área de seguros pelo período de 9 meses**

Informação n.º 12 071/21, elaborada pelo Departamento de Finanças e de Património

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, prestou esclarecimentos de natureza técnica, dando nota de que o que estava vertido no ponto nove era a abertura de procedimento concursal na área de aquisição de serviços da área de seguros e a manifestação de necessidade que constava da página cinquenta e seis era um dos documentos instrutórios na fase inicial dos procedimentos de contratação pública, sendo essa a prática corrente. Mais acrescentou que a mesma fazia o enquadramento da necessidade de abertura desse procedimento por urgência imperiosa e que no fundo se consubstanciava em prorrogar por nove meses a aquisição de serviços na área de seguros que atualmente tinha-se com a empresa Liberty Seguros, através de ajuste direto por urgência imperiosa, que se fundamentava pelo facto de, por força do término do contrato desse procedimento ter sido desenvolvido um trabalho junto das diversas unidades orgânicas de recolha de informação, uma vez que havia mais ativos, sendo necessário atualizar a base de cobertura de risco e esse trabalho tinha sido prejudicado no exercício de 2020, por força da situação pandémica e da dificuldade de articular tudo isso com todas as unidades orgânicas. Mais acrescentou que esse procedimento de atualização do clausulado e de melhoria das condições contratuais estava a ser estudado, envolvendo vários imóveis, ainda não estava em condições de se abrir o procedimento nos termos que consideravam que seria o mais ajustado, mas nesse entretanto, era preciso assegurar a cobertura do seguro de diversas áreas em concreto, sendo solicitada a prorrogação do procedimento em curso, apenas com ajustamentos no ramo de multiriscos de imóveis, identificado na página



cinquenta e oito da manifestação de necessidade.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago questionou se esse contrato já tinha tido alguma prorrogação.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, respondeu negativamente e que este contrato era de 2017, por três anos e tinha acabado a 30 de março de 2021.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago reiterou a questão se esse era então o primeiro pedido de prorrogação.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, respondeu afirmativamente, mais acrescentando que ao abrigo do novo sistema de normalização contabilística houve condições que tiveram que ser ponderadas em termos de contratualizações de seguros e essa era uma área que exigia uma ação colaborativa com todas as unidades orgânicas, dado que envolvia imóveis desportivos, ambientais e culturais, sendo necessário uma articulação. Mais referiu que o ano que passou não tinha sido um ano que tivesse ocorrido com a normalidade que era necessária para que essas condições pudessem ocorrer em tempo útil e da forma que seria desejável, quer pelas modalidades de trabalho que eram muitas vezes desconstruídas, quer por força dos planos de contingência. Mais deu nota de que essas áreas eram muito transversais e não tinha sido possível concluir em tempo útil, como seria desejável.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho questionou se não havia algo do género, que já tinha vindo à Câmara.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, esclareceu que relativamente aos seguros não havia e que a manifestação de necessidade sistematizava esse contrato de forma detalhada e que, nesse caso em concreto, era uma espécie de prorrogação do contrato vigente, incluindo apenas uma pequena atualização do ramo de multiriscos de imóveis.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho questionou se era só esse vínculo ou havia mais.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, respondeu que esse procedimento envolvia acidentes de trabalho, multirisco de





imóveis, acidentes pessoais diversos de responsabilidade civil, a parte automóvel, acidentes pessoais de utentes nas instalações desportivas e depois, no âmbito do projeto Recriar havia acidentes pessoais em imóveis.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho questionou se só havia esse, tendo a Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho referido que o objetivo era sistematizar os seguros num único procedimento, já acontecendo desde 2017 e que antes disto os procedimentos estavam fragmentados.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho deu nota de que julgava ser de 2018, tendo a Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho esclarecido que começou em 2017 e que o contrato escrito foi outorgado ainda nesse ano.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho referiu que então as datas estavam incorretas.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho deu nota de que havia um lapso nas datas e que esse contrato escrito resultava de um concurso público.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho deu nota de que pela memória que tinha, tinha havido um ajuste por alguns meses e que esse contrato tinha começado em março/abril.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, após ter esclarecido com a Chefe de Divisão de Contratação e Aprovisionamento, Albertina Moreira, deu nota de que era a primeira prorrogação do contrato dos seguros e que o contrato escrito tinha sido outorgado em finais de 2017, mas só tomou eficácia depois da notificação do visto do Tribunal de Contas, que ocorreu em meados de março de 2018 e daí a vigência só terminar em março de 2021.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho questionou se no espaço entre a outorga e o início da vigência foi feito um ajuste direto em 2017, tendo a Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho esclarecido que aquele procedimento tinha sido o segundo de abertura ao mercado e que no anterior ele teve que estar salvaguardado pelo anterior



procedimento ao mercado, que também tinha sido ao abrigo de um concurso público. Mais deu nota de que normalmente nessas circunstâncias onde estava em curso um procedimento e até que ele fosse terminado, o procedimento antigo iria cobrir até à adjudicação do novo, e poderia ter ocorrido nesses termos.

Submetida a discussão e votação foi a proposta de procedimento, **aprovada por maioria, esta em consequência do voto contra da Coligação "Um Novo Começo"**.

**10. Empreitada de "Remoção de fibrocimento em edifícios escolares (Norte 2020-73-2020-24) - Estabelecimento de Educação Pré-Escolar - Freguesia de Moreira, Estabelecimento de Educação Pré-Escolar - Freguesia de Nogueira e Silva Escura, Estabelecimento de Educação Pré-Escolar - Freguesia de S. Pedro de Fins, Estabelecimento de Educação Pré-Escolar - Freguesia do Castelo da Maia e Escola Básica do Castelo da Maia"**

Informação n.º 43 881/20, elaborada pela Divisão de Contratação Pública

Submetida a discussão e votação foi a proposta de decisão sobre pedidos de esclarecimentos e as listas de erros e omissões, **aprovada por unanimidade**.

**11. Prestação de serviços de manutenção de espaços verdes para as 10 Freguesias do Concelho, pelo período de 6 meses**

Proposta de adjudicação e minuta de contrato

Proposta n.º 5743/2021, emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

Submetida a discussão e votação foi a proposta de adjudicação e minuta do contrato, **aprovada por maioria, esta em consequência do voto contra da Coligação "Um Novo Começo"**.

**12. Alienação de lotes municipais de veículos em fim de vida, mediante apresentação de proposta por carta fechada**

Proposta de realização de hasta pública por lotes

Proposta n.º 11 354/20 emanada do Departamento de Finanças e Património





Submetida a discussão e votação foi a proposta de realização de hasta pública por lotes, **aprovada por unanimidade.**

**13. Empreitada de obras públicas para a ampliação da Escola EB1/JI da Prozela, na freguesia de Vila Nova da Telha**

Proposta de procedimento

Proposta n.º 10 360/21 emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

Submetida a discussão e votação foi a proposta de procedimento, **aprovada por unanimidade.**

**14. Empreitada de obras públicas para a reabilitação, reforço e alargamento da superestrutura da passagem superior à linha de caminho de ferro, ao Km 6+080, na Rua D. Afonso Henriques (EN 105 ao km 1+950) na freguesia de Águas Santas – EV 17/21 – procedimento n.º 157/2001**

Proposta de procedimento

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, questionando se o viaduto estava em perigo de desabar e se não seria melhor proibir o trânsito.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, António Domingos da Silva Tiago esclareceu que os Técnicos que estiveram a estudar o assunto não tinham relatado isso.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras questionou novamente se o viaduto estava em risco de queda iminente, tendo o Senhor Presidente reiterado que isso não nos tinha sido dito, e que, tecnicamente, seria preferível fazer um novo viaduto através de construção por meias faixas por forma a não interromper o trânsito, que é muito intenso no local. Todavia, o trânsito teria de ser interrompido aquando da pavimentação estando já estudado o percurso alternativo.

Submetida a discussão e votação foi a proposta de procedimento **aprovada por unanimidade.**

**15. Procedimento n.º 134/2021 - Aquisição de serviços combinados de vigilância e de ligação à central de receção e monitorização de**



**alarmes das instalações Municipais do município da Maia, pelo prazo de 6 meses, período de tempo necessário à conclusão do concurso limitado por prévia qualificação, cuja fase de formação do contrato se encontra em curso**

Proposta de Adjudicação

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho questionou se também não tinha havido já um ajuste direto.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, prestou esclarecimentos de natureza técnica, dando nota de que era a adjudicação de uma abertura de procedimento.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago deu nota de que o que a Câmara queria saber era se era a primeira vez ou já tinha havido outra.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho reiterou que era uma adjudicação e aprovação da minuta do contrato, uma prorrogação que já tinha vindo à Câmara anteriormente e onde estava devidamente fundamentado na manifestação de necessidade, a necessidade dessa prorrogação.

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho esclareceu que era a aprovação da adjudicação e minuta do contrato de um procedimento por seis meses, cuja abertura de concurso já tinha sido presente a reunião de Câmara.

Submetida a discussão e votação foi a proposta de adjudicação e minuta do contrato, **aprovada por maioria, esta em consequência do voto contra da Coligação “Um Novo Começo”**.

#### **16. Proposta de reforço da oferta STCP – Covid 19 – informação e reforço de linhas no município da Maia**

Proposta n.º 13 071/21 subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pelo Senhor Vereador do Pelouro do Planeamento Territorial, Mobilidade e Transportes, Mário Nuno Alves de Sousa Neves





*Spes*

Submetida a discussão e votação foi a autorização dos pagamentos previstos para o município da Maia, **aprovada por unanimidade.**

**17. Processo de obras n.º 3011/20, em nome de Morfinanças, S.A.**

Submetida a discussão e votação foram as alterações efetuadas nos termos do disposto no ponto n.º 8 do artigo 27.º do RJUE e o deferimento do projeto de arquitetura, sujeito às condições impostas na informação técnica PI:5575/20,2, **aprovadas por unanimidade.**

**18. Processo de obras n.º 204/20, em nome de Nuno Filipe Lopes Magalhães**

Submetida a discussão e votação foram as alterações efetuadas nos termos do disposto no ponto n.º 8 do artigo 27.º do RJUE, sujeito às condições impostas na informação técnica PI:375/20,7, **aprovadas por unanimidade.**

**19. Atribuição de subsídio extraordinário ao Futebol Clube de Pedras Rubras, no valor de 1725,00 Euros, tendo em vista a comparticipação financeira desta Câmara nos custos de inscrição da equipa de veteranos para participação no Campeonato Distrital de Masters**

Proposta n.º 6053/20, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta, autorizando a atribuição de um subsídio excecional ao Futebol Clube de Pedras Rubras, no valor de 1725,00 Euros, **aprovada por unanimidade.**

**20. Proposta de redelimitação da área de reabilitação urbana do Monte de Santa Cruz, no âmbito do período de discussão pública**

Proposta n.º 10 571/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta de redelimitação da área de reabilitação urbana do Monte de Santa Cruz, **aprovada por unanimidade.**



## **21. Programa de Estímulo ao Consumo na Economia Local**

Proposta n.º 15 357/21, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador da Economia, Paulo Fernando de Sousa Ramalho

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho deu nota de que a presente proposta não era diferente do já tinham aprovado em dezembro de 2020, mas o mesmo não tinha começado no momento previsto, uma vez que se tinha entrado em confinamento e todo o tipo de ações de promoção que pudessem, de alguma maneira, quebrar o confinamento, tinham sido proibidas. Mais referiu que se mantiveram sempre em contato com a Secretaria da Administração Interna, que era a entidade que tutelava esse tipo de ações do ponto de vista dos concursos e sorteios. Mais acrescentou que tiveram que esperar pelo momento certo e esse era o momento, a partir de maio, e também tinha havido a necessidade de se atualizar o regulamento aprovado, no artigo sexto, onde já estavam discriminados os três prémios sorteados semanalmente e depois no final as viaturas elétricas, e o artigo oitavo, no número quarto onde não estava devidamente esclarecido como se podia processar no caso de um dos sorteados ser menor.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, dando nota de que também aqueles meses poderiam ter servido para se pensar numa medida mais exaustiva e com outro impacto junto do comércio local. Mais referiu que considerava que vales para sorteios em que o primeiro prémio era uma bicicleta elétrica e os outros eram vouchers, com apoio de cerca de cento e cinquenta mil euros, era muito pouco. De seguida, deu nota de que tinha estado a comparar vários programas de incentivo ao consumo na economia local, referindo um que considerava uma ideia fantástica para ser adaptado na Maia, no qual havia uma primeira compra no comércio local de valor igual ou superior a dez euros, onde havia de imediato um desconto de 2,50 euros; em simultâneo, recebia-se um cheque de 7,50 euros que tinha que se usar num estabelecimento também aderente do comércio local do concelho e que teria que ser usado no prazo de trinta dias, em compras superiores a 25,00 euros. Mais referiu que havia outra vertente em que, se a primeira compra fosse igual ou superior a 20,00 Euros, o estabelecimento fazia um desconto imediato de 5,00 euros e entregava ao consumidor um cheque de 15,00





*Sperry*

euros para descontar em compras superiores a 50,00 Euros. Mais referiu que esse só era aplicado em locais que estavam a ser mais prejudicados pelo confinamento económico. Mais acrescentou que o comércio local era aquele que tinha que ter uma atenção mais redobrada pela parte da Autarquia, mas se esse apoio só fosse cingido ao pequeno comércio, ao microempresário, ao micro consumo, mas de uma forma multiplicativo, iria gerar-se uma dinâmica nas próprias cidades com esse tipo de campanhas de uma forma muito mais interessante e teria impacto na economia. Mais deu nota de que esse investimento era cerca de um milhão de euros, tendo mais cento e cinquenta mil euros para comunicação e promoção da campanha, estendendo-se até ao final do ano, e o estudo económico era apresentando num volume de negócios na ordem dos cinco milhões de euros. Mais considerou que esse tipo de campanha com reforço direto ao consumo era algo que poderiam pensar e teria um retorno maior em termos de economia.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho deu nota de que o documento que estavam a votar era de atualização de algo que já tinham votado, mas isso não significava que não pudessem ter, eventualmente, outras propostas de ajudas ao comércio local. Mais referiu que só na primeira semana de contacto com o comércio local, e só para se ver o impacto que estava a ter, mais de cem estabelecimentos comerciais tinham-se inscrito. Mais referiu que o impacto a nível da adesão dos estabelecimentos era bem mais superior àquele que tinham previsto. Em relação aos vouchers, referiu que estavam a tentar encontrar melhores soluções. Salientou que naquele momento tinham essa solução, mas não significava que não tivessem mais a seguir e que essa era uma solução como as outras, e havia imensas soluções em cima da mesa. Mais deu nota de que estavam a estudar há muito tempo com a Associação Empresarial outras formas de apoiar o comércio local, designadamente através da disponibilização de plataformas eletrónicas para a promoção dos seus produtos e até para o comércio eletrónico, mas aquilo que se via, e tendo falado com imensas Câmaras Municipais do país, que têm tentado encontrar soluções desse género, era algo inacreditável, dado que a adesão era muito limitada. Mais referiu que não era fácil saber qual era a melhor solução e o que era melhor era ir tentando encontrar as melhores soluções, aquelas que eram melhor aceites pelos próprios estabelecimentos. Realçou que tinha fé que isso iria ser, acima de tudo, algo que para além do consumo na economia local, iria



promover fora de portas o próprio consumo local e os próprios estabelecimentos iriam ter a oportunidade de se mostrarem e de se valorizarem e, por outro lado, também não esquecer a valorização dos modos suaves, dado que os prémios maiores eram viaturas elétricas, o que também era importante estarem a atingir um outro objetivo, bem para além do objetivo de promover o comércio local. Mais deu nota de que a solução apresentada pela Senhora Vereadora era boa, como outras que estavam em apreciação.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota de que considerava que aquilo que o Senhor Vereador tinha acabado de referir, sobre a rápida adesão, vinha reforçar a necessidade desse tipo de *boost* na economia local, reiterando que a proposta apresentada era insuficiente. Mais acrescentou que tiveram um hiato de tempo de vários meses, em que dava perfeitamente para se esquematizar as coisas sob uma outra dinâmica e a Câmara Municipal da Maia, felizmente, tinha resultados líquidos que permitiam, nessa fase em que a economia e os empresários precisavam de uma alavanca, de o fazer. Mais reiterou que tinha estudado projetos em dez municípios e esse pareceu-lhe, com larga distância para todos os outros, o mais eficaz.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho deu nota de que o programa de apoio à economia maiato tinha sido replicado por inúmeros municípios, tendo recebido pedidos de autorização para quase copiarem o regulamento. Mais acrescentou que era preciso avaliar a realidade de cada município e que eram muito diferentes uns dos outros, e a realidade do concelho da Maia era diferente de muitos municípios e o impacto da crise, se calhar, também era bem diferente noutros. Assim, tinham que desenhar políticas de apoio à economia em função daquilo que eram as verdadeiras necessidades do território maiato e dos atores económicos.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras questionou o Senhor Vereador se os comerciantes maiatos iriam sair primeiro da crise do que outros.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho respondeu que sim, dando como exemplo que se dizia que crescimento do desemprego na Maia era algo assustador, mas em reunião com o Diretor do Centro de Emprego da Maia foi-lhe dito que tomara que a Maia fosse o espelho do país, dado que era de longe o município da Área Metropolitana que melhor sairia da crise, apesar de o





desemprego poder subir numa semana, e na seguinte quase que recuperava rapidamente o emprego perdido, devido à sua dinâmica, e ainda bem que era assim.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, dando nota de que o *lay off* simplificado tinha ajudado muito as empresas que não tinham uma restauração e um turismo tão desenvolvidos, eram aqueles que estavam a sofrer mais com as taxas de desemprego. Mais acrescentou que na Maia também devia haver muitos pequenos comerciantes que estavam a passar por situações difíceis.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho confirmou que havia, e que a Autarquia estava a acompanhar essa situação, mas não era na dimensão que se pensava. Mais deu nota de quetinha que se considerar dois momentos da economia que seriam absolutamente decisivos: primeiro, o término das medidas de apoio nacionais à economia, e nessa matéria, muito importante, o término do *lay off*, dando nota de que poderiam ter um grande problema dado que no *lay off* as pessoas estavam empregadas, mas no fim do mesmo poderiam ir para o desemprego. Mais referiu que depois, em setembro, quando acabassem as moratórias, iriam ver quais eram as empresas que teriam capacidade de voltar à sua vida normal e cumprir com as suas obrigações, nomeadamente junto da banca.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota de que estavam a acompanhar, e que o estavam a fazer em várias frentes, estando sempre atentos. Mais acrescentou que havia várias formas de ajudar, mas também estavam à espera que, com a aprovação da "bazuca", o Governo ajudasse os municípios, mas parecia que era algo que estava centralizado no gabinete do próprio Primeiro-Ministro.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota de que o Senhor Presidente da República tinha estado bem e que a "bazuca" deveria ser considerada também para as empresas e não só para a função pública.

Submetida a discussão e votação foi a introdução dos ajustamentos (alterações) nas Normas de Participação na campanha "Maia+local", com um apoio total de 151 669,15 Euros, em aditamento à deliberação municipal tomada na reunião ordinária de 23 de dezembro de 2020, **aprovada por unanimidade.**



**22. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a autorização de contratar por concurso público, com publicidade internacional, para a concessão da conceção, reabilitação e exploração do Mercado Municipal Coronel Carlos Moreira, na freguesia do Castelo da Maia**

Proposta n.º 15 455/21, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, questionando se a população do Castelo da Maia tinha sido ouvida, e qual era a pronúncia da Junta e da Assembleia de Freguesia relativamente a isso.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que a Junta de Freguesia, em vários momentos, tinha pedido e até desafiado a Câmara Municipal a fazer isso, desejando muito esse projeto, dado que era de grande alcance.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho questionou se era o Senhor Presidente que estava a decidir isso ou se eram as pessoas que estavam ligadas historicamente à Freguesia e à feira ou os feirantes que lá vendiam, uma vez por semana, porque a Câmara Municipal, que era a legítima proprietária do espaço, assim o determinava, e em vez do que tinha feito em Pedras Rubras e na Maia, em vez de investir na manutenção e no aproveitamento do espaço, estava a querer mercantilizar o espaço. Mais acrescentou que ele, como castelense, queria saber dado que desconhecia o processo, o que tinha sido feito para que as pessoas do Castelo e para as que lá vendiam e que tinham transitado do Monte do Santo Ovídio para o novo espaço, e os pequenos agricultores que todas as semanas iam lá vender os seus produtos e mesmo aqueles que tinham lá alugado as lojas, desde sapateiros a floristas fossem ouvidos. Mais salientou que o mais importante era saber se a população castelense sabia o que lá iria ser feito, tendo dúvidas que tal tivesse acontecido. Considerava muito importante que, antes de tomar uma decisão desse tipo, as pessoas tivessem sido ouvidas, porque apesar de ser propriedade do Município, também era propriedade histórica e cultural das pessoas do Castelo da Maia e não estavam a falar em construir um centro cultural, mas sim em alienar o património que era da população do Castelo.





O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago deu nota de que não se iria alienar nada e pediu ao Senhor Vereador que não utilizasse termos indevidos. Mais acrescentou que a Câmara da Maia devia ser a única Câmara do país que mais comprava, dando nota de que, por exemplo, ainda na semana transata tinham celebrado a escritura de aquisição do posto de abastecimento de combustíveis, junto à zona desportiva. Mais referiu que a Câmara Municipal pretendia com essa ação responder a uma iniciativa que estava evidenciada no Plano de Atividades e Orçamento Municipal, devidamente aprovados pelos órgãos autárquicos, e também era uma proposta eleitoral da Coligação "Maia em Primeiro" e tudo isso tinha regras e um processo. Assim, deu nota de que estavam mandatados para fazer isso e estavam a fazer bem, reiterando que não estavam a alienar nada, mas sim a potenciar o que tinham, de uma forma inteligente, sem utilizar recursos financeiros; os concorrentes, a se apresentarem, teriam um caderno de encargos que teriam que cumprir e apresentariam o anteprojecto para ser analisado pelo júri do concurso e só depois a Câmara Municipal se iria pronunciar, assim como a Assembleia Municipal. Mais deu nota de que era uma situação normal e já tinha acontecido em vários locais do país, como o caso do Mercado da Ribeira, em Lisboa.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, dando nota de que esse projeto podia ser estruturante e só agora estavam a ser confrontados com ele. Mais acrescentou que no programa eleitoral apresentado pela Coligação "Um Novo Começo", às autárquicas de 2017, defendia-se a criação de uma nova centralidade no Castelo da Maia, precisamente alavancada na requalificação do espaço e na sua dinamização. Essa era uma zona nobre do Concelho, com uma área e localização privilegiada, era um espaço de desenvolvimento económico ímpar, sendo capaz de se criar ali uma nova centralidade nesta área da Cidade. Exemplos como o Mercado do Bom Sucesso / Mercado da Ribeira (Lisboa) deviam servir de base de inspiração para esse projeto, que devia ser capaz de atrair a população de todas as idades, e turistas, era um local que tinha estrutura para criar uma zona de restauração de excelência, experiências culturais, diversificação musical, sendo capaz de marcar gerações. Podia ser uma âncora, um espaço de vivência. Mais acrescentou que tinham estudado isso há quase quatro anos, e a oportunidade do local merecia uma ponderação e um estudo aprofundado. Pelo que tinha lido do



caderno de encargos, considerava que aquele projeto exigia uma memória descritiva mais exaustiva, um programa funcional bem detalhado, um estudo de análise custo - benefício e não uma méscia de generalidades como as que eram apresentadas no documento. Gostariam assim de ouvir uma explicação mais exaustiva e porque é que vinha à Câmara já naquela fase de lançamento do concurso, sem que tivesse essas valências agregadas, pelo menos na informação disponibilizada.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho interveio, referindo que os seus colegas Vereadores já tinham referido o *timing*, e esse assunto era presente naquele dia em sede de reunião camarária, sendo um dossier enorme, com "muito sumo" e com falhas em várias áreas, tendo sido enviado em cima da hora para dizerem sim ou não. Mais deu nota de que gostariam que a Coligação "Um Novo Começo" tivesse sido ouvida anteriormente e não apenas para aprovar ou não. Relativamente ao espaço, referiu que o mesmo era o mais histórico que a Maia tinha em termos de feiras, estando a precisar de obras que já deveriam ter sido feitas, no sentido de o melhorar. O que estavam agora a analisar era bem diferente, não sendo uma obra camarária, mas sim uma concessão e gestão a outrem, por um prazo longo. Esse procedimento tinha prós e contras e se saísse fora da esfera de gestão municipal, claro que era contra. Considerava que se alguém investisse era bom, mas era preciso medir bem, dado que era um passo grande, citando o Porto que tinha o Mercado do Bom Sucesso, mas não sabia se ali era o local certo para algo desse género ou não, dado que ficaria como um mini shopping. Também considerava ser importante saber o que as pessoas que usavam o espaço e eram donas, em termos de história, pensavam sobre isso. Mais referiu que esse ponto deveria ser colocado em *stand-by* e pensar-se melhor, ouvindo as pessoas em causa, para que depois, o passo que fosse dado, fosse firme e até poderia ser aquele. Reiterou que eram centenas de páginas, era uma análise que precisava de ser bem feita, confessando que a quente não poderia ter uma ideia firme daquilo que era melhor para o local e, ainda por cima, sem ouvir as pessoas em causa. Considerava que essa ideia deveria ser colocada publicamente e que naquele dia era cedo para dizer sim ou não.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho informou que esse processo tinha muitos meses de trabalho e que tinha nascido de uma reflexão conjunta entre





a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia do Castelo da Maia. De seguida, deu nota de que tinham feito várias incursões junto de várias pessoas e entidades no sentido de perceber qual seria o melhor caminho para dar a esse mercado uma nova vida. Antes de mais, o mercado precisava de voltar a ser um mercado, uma vez que naquele momento era um mercado onde existia uma feira semanal, que durava uma manhã, todas as segundas-feiras. O que tinham concluído era que era preciso tornar aquele espaço devidamente aproveitado, dando-lhe de facto essa vida de mercado, que estivesse aberto todos os dias e que não fosse um sítio onde as pessoas fossem lá vender apenas uma vez por semana. Depois, esse mercado teria que ser moderno e adequado aos tempos atuais, que diziam que esse tipo de mercado devia ter uma componente económica forte, mas também uma componente de lazer e cultura, daí que o artigo vinte e oito da proposta, estipulava que, para além de quererem um espaço dedicado ao comércio, também fosse um espaço dedicado à cultura e ao lazer, sendo capaz de atrair outras pessoas para além dos simples interessados em consumir produtos ligados ao comércio e pessoas de outras geografias fora da Maia. Devia ser um espaço que fosse referenciado. Mais deu nota de que era evidente que se fosse feita uma leitura aprofundada de todos os documentos que compunham a proposta, rapidamente percebiam que havia uma necessidade forte de um grande investimento no espaço, sendo que a base desse investimento de recuperação e readaptação do Mercado, rondava um milhão e meio de euros. Mais salientou que o Município com essa solução tinha a garantia, por um lado, da reabilitação e readaptação do Mercado, com obras fiscalizadas pelo Município e por outro lado, tinha a possibilidade de criar essa nova dinâmica e essa nova vida de mercado, que não tinha, tendo um espaço para produtos frescos, um espaço para restauração, um espaço para artesanato e de vez em quando música, ou coisas similares. No fundo, um espaço multifacetado, como outros mercados no país que tiveram o mesmo percurso de vida do Mercado do Castelo e que, entretanto, tinham sofrido uma segunda vida. Considerava que essa era a melhor solução, mas teriam que ver se aparecia algum concorrente interessado na solução que era proposta, dado que se não aparecesse, tinha que ser a Câmara Municipal a seguir esse caminho, sendo certo que todos já tinham percebido que o privado estava muito mais bem preparado e com mais competências para levar a efeito uma solução dessas, dando-lhe a dinâmica que era necessária, do que o público e os



municípios. Mais deu nota de que a população tinha sido ouvida e a Junta de Freguesia tinha estado sempre presente nessa caminhada, tendo sempre incentivado a Câmara Municipal a andar o mais depressa possível nesse caminho. Mais acrescentou que não podiam fazer uma comparação entre Pedras Rubras e Castelo da Maia dado que o primeiro era um espaço de feira, e além disso era também um espaço que iria ser dedicado, entre outras coisas, ao lazer, e o Castelo da Maia era um mercado que devia funcionar todos os dias e ter uma vida intensa, e isso não tinha, sendo apenas um mercado que tinha uma feira semanal. Relativamente à questão da feira, e se essa não ficasse devidamente integrada naquele Mercado, deu nota de que existia uma cláusula no artigo vinte e oito onde estipulava que o Município se reservava o direito de manter a feira semanal, fosse onde fosse, admitindo que no mercado não seria fácil manter a feira. Se não fosse lá, seria noutro espaço.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, dando nota de que da intervenção anterior era demonstrado que não estava definido o programa funcional para aquele espaço e era essa ambiguidade que deveria ter sido materializada no caderno de encargos, para que as propostas que fossem apresentadas, já fossem de acordo com o que era necessitado.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho esclareceu que havia uma liberdade por parte dos concorrentes e a Câmara Municipal iria ter a oportunidade de escolher a melhor proposta e essa seria a que mais interessava ao Município. Mais acrescentou que não se podia fazer um concurso dessa natureza completamente fechado, tendo que haver alguma criatividade por parte dos privados, esperando que houvesse muitos concorrentes, para que pudessem avaliar e escolher a melhor proposta. Salientou que estavam em tempos de mudança e isso obrigava-os a serem arrojados e não podiam continuar naquele impasse. O caminho que estavam a fazer de requalificar os espaços de feira e de mercados, quer através de iniciativa municipal ou com parceiros privados, era a solução dos tempos de hoje e feito em todo o lado. À questão se seria aparecer algum concorrente, referiu que não sabia, mas isso tinha sido tentado com grande sucesso em vários sítios. Reiterou, mais uma vez, que esse era o caminho adequado e que os técnicos envolvidos nesse processo tinham também assumido esse desígnio e o processo tinha estudos especializados que também comprovavam que era o melhor.





O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho referiu que a feira de Pedras Rubras, que iria ser feira e espaço de lazer, justificava o investimento no valor de cerca de oitocentos mil euros, sendo também uma feira de um só dia. E o mesmo acontecia com a feira da Maia. Mais acrescentou que o Mercado do Castelo, criado na década de sessenta, que era propriedade da Câmara, nunca tinha justificado a atenção do Município. O Mercado do Castelo tinha todas as condições como nenhum noutro na Maia para ter tido, ao longo dos tempos, mais atividades e poderia também ter espaços que a Câmara poderia ter concessionado individualmente e não como um todo, porque estava a passar para fora da esfera territorial do Castelo a posse histórica e de utilização de um espaço que era das pessoas do Castelo da Maia.

O Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho esclareceu que o que justificava aquela solução da Câmara Municipal não era só económica, mas uma solução de entender que os privados tinham melhores soluções, mais competências e mais capacidade de gerir bem um espaço como esse do que o próprio Município e essa era a real situação. Mais acrescentou que seriam capazes de encontrar soluções de atratividade e de gestão que a Câmara Municipal não tinha. Mais alertou que quando terminasse o prazo de concessão, no final dos vinte anos, o Município continuava a ser proprietário, nunca perdendo a propriedade do espaço.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho deu nota de que a coisa pública nunca era objeto de comercialização, mas sim objeto de satisfação das pessoas.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho referiu que considerava que estavam todos de acordo na ideia base, que era a de que o espaço precisava de obras, de vida e de modernidade. O que estava em questão era a forma e o fim. Mais deu nota de que a Maia tinha tido ao longo de mais de vinte anos uma guerra entre privado e público que tinha sido as Águas, e em que se dizia que a Maia estava atrás, dado que todos os outros tinham feito concessão porque entendiam que a gestão privada era melhor, mas tinha sido um caos. A Câmara da Maia, no presente, estava a salvo porque não tinha seguido essa via, que era fácil.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago esclareceu que não tinha comparação possível, dado que a questão dos SMEAS era muito simples: se a Câmara Municipal tivesse sido governada pelo PS, já tinham sido



concessionados, como tinha acontecido em outras Câmaras em redor. Como não tinha sido, e ainda bem para os maiatos, os SMEAS não tinham sido alterados e era tudo municipal.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras afirmou que Póvoa de Varzim também não tinha concessionado, tendo o Senhor Presidente esclarecido que não tinham serviços municipalizados e que as águas e saneamento estavam internalizados na própria Câmara.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho mais acrescentou que quanto ao Parque também na altura falou-se em concessão, aliás como já estava Gaia, Porto, Gondomar, entre outros, e a Câmara da Maia entendia desde essa altura até ao presente, , que devia ser gestão municipal. Considerava que havia a possibilidade de ser pública ou privada, havendo bons e maus exemplos. Reiterou que sobre o fim estavam de acordo, mas qual era a forma, se era a apresentada ou outra, estavam um bocado a quente para decidir, e antes teriam que analisar bem, pensar bem, ouvir o povo e depois a Câmara optaria pela melhor forma.

O Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves interveio, dando nota de que essas intervenções nos mercados e feiras do Concelho, com uma brevíssima possibilidade de futura utilização para os mesmos, tinha sido sufragada no manifesto eleitoral da Coligação "Maia em Primeiro" e muitas pessoas votaram nele. Mais acrescentou que, em sede do processo participativo da revisão do PDM, em todas as reuniões realizadas na freguesia do Castelo da Maia, a questão do mercado e a reutilização desse para valências que estavam contempladas na proposta, tinha sido sempre uma permanente. As próprias pessoas, e ao contrário de outros locais onde não tiveram a possibilidade de se pronunciar, na Maia e atendendo ao processo participativo, debruçaram sobre a questão do Mercado, tendo evidenciado uma solução que fosse nesse sentido. Mais salientou que se havia processo onde houve mais auscultação por parte da população, tendo até uma pronúncia por iniciativa da mesma, foi precisamente a questão do Mercado do Castelo. Mais referiu que os Serviços da Câmara não avançariam com esse projeto sem a auscultação da população e da Junta de Freguesia. Considerava que o *timing* era esse, até tardio, e que sendo um concurso, as propostas apresentadas seriam analisadas, estando





também em causa não tanto a questão da renovação do espaço em termos do edificado, mas a valorização e muito, do próprio programa de desenvolvimento do mesmo. Mais acrescentou que não haveria muitas alternativas e esse caminho, sendo apenas aquela. Estando salvaguardadas as questões essenciais, nomeadamente a questão da realização da feira semanal, a proteção patrimonial do espaço e a criação de condições para um verdadeiro futuro para o espaço, era o que interessava e o mesmo seria analisado em sede própria. Deveriam dar o pontapé de saída, e depois a Câmara Municipal teria tempo para se pronunciar sobre os conteúdos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago salientou que tinham a certeza que esse era o caminho certo, que o programa tinha sido definido pela Câmara estrategicamente para permitir aos concorrentes serem criativos, inovadores e apresentar as propostas de acordo com os critérios explanados no programa de concurso e o caderno de encargos. Mais acrescentou que para este trabalho tivemos o apoio de um consultor jurídico e de um consultor económico. Considerava que não havia nada de transcendente, não era nada de novo e não tinha nada a ver com os serviços municipalizados de água nem de saneamento, mas era sim um equipamento que precisava de intervenção, que precisava de ser revitalizado e a freguesia do Castelo da Maia merecia isso e teria uma verdadeira âncora para poder servir, não só a comunidade castelense, mas também a comunidade concelhia. Mais referiu que também era uma forma de apoiar o comércio local e chamar jovens para poderem mostrar o seu valor, na atividade que iria ser criada nesse espaço de todos. Considerava que bloquear isso era o que o Castelo da Maia menos precisava.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho deu nota de que tinha percebido que aquilo que viesse a ser o projeto final para o espaço, com as novas valências, viria novamente à Câmara Municipal para ser avaliado, tendo o Senhor Presidente respondido que sim, e que sendo um concurso público, agradecia que todos o divulgassem, as propostas seriam analisadas pelo júri e depois a Câmara e a Assembleia decidiriam, sendo depois submetido a visto do Tribunal de Contas.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho, em relação ao benefício do comércio local, questionou como é que o Senhor Presidente entendia que esse comércio viria a ser beneficiado com aquela concessão.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, respondeu que, por exemplo, se lá fosse criada uma praça de restauração, seria óbvio que as pessoas que quisessem concorrer e apresentar propostas para ocupar esses espaços, o poderiam e deveriam fazer. Mais acrescentou que tendo a Escola Secundária da Maia um curso profissional de hotelaria e de restauração, os jovens poderiam concorrer e ocupar esse espaço e isso também se aplicava a outros ramos.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho mais deu nota que era legítimo da sua parte em perguntar se, no processo de atribuição dos espaços parcelares do projeto, os comerciantes e os cidadãos do Castelo da Maia poderiam ter algum benefício desde que satisfizessem os requisitos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal António Domingos da Silva Tiago considerava que isso era redutor e o que interessava era o mérito e a qualidade da oferta, sendo que todos seriam tratados de igual modo, tendo oportunidades iguais e que o espaço fosse de todos. Mais alertou que eram diferentes os Mercado do Castelo e de Pedrouços e as Feiras de Pedras Rubras e da Maia que eram dois equipamentos completamente diferentes e que tinham resposta por parte da Câmara Municipal também diferenciadas.

O Senhor Vereador Paulo Ramalho de Sousa Ramalho interveio, dando nota de que o Município, e isso decorria da lei, tinha sempre o direito de não adjudicar no caso de as propostas não estarem de acordo com aquilo que era a vontade do Município, em termos de qualidade do projeto.

Submetida a discussão e votação foi a proposta de contratar por concurso público, com publicidade internacional para a concessão da conceção, reabilitação e exploração do Mercado Municipal Coronel Carlos Moreira, na freguesia do Castelo da Maia, **aprovada por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, em nome da Coligação "Um Novo Começo" ditou para a ata, e posterior envio para anexar à mesma.





## DECLARAÇÃO DE VOTO

“No programa eleitoral apresentado pela Coligação “Um Novo Começo” às eleições autárquicas de 2017 defendia-se a criação de uma Nova Centralidade no Castelo da Maia, alavancada na requalificação e dinamização do espaço do mercado. Esta é uma zona nobre do Concelho, cuja área e localização lhe conferem um potencial de desenvolvimento económico ímpar, capaz de criar uma nova centralidade nesta área do Concelho. Exemplos como Mercado do Bom Sucesso / Mercado da Ribeira (Lisboa) devem servir de base de inspiração para este projeto, que deve ser capaz de atrair a população de todas as idades, assim como os turistas a um local onde exista uma restauração de excelência, experiências culturais, diversão musical, capaz de marcar a história de diversas gerações. Este deve ser um Espaço de vivência de uma nova centralidade, um espaço inter-geracional. A preparação deste projeto merecia uma memória descritiva e um programa funcional detalhados, assim como a apresentação de um estudo de análise custo – benefício. Não obstante este facto, a Coligação “Um Novo Começo” vota a favor neste ponto por considerar que:

Ponto 1. A degradação avançada deste equipamento merecer uma intervenção a curto prazo

Ponto 2. Esta intervenção se reveste de uma importância crucial para a criação de uma nova centralidade nesta Freguesia

Ponto 3. Este assunto foi alvo de discussão aquando da discussão pública do PDM no Castelo da Maia, merecendo a unanimidade dos participantes

Ponto 4. A Junta de Freguesia do Castelo da Maia terá sido envolvida neste processo

Ponto 5. Assiste ao Município da Maia a faculdade de não adjudicar a proposta a nenhum dos concorrentes, caso as propostas apresentadas não satisfaçam os requisitos nem atinjam os índices de qualidade expectáveis.”

### **23. Projeto Get Forward**

Informação n.º 12 339/21, elaborada pela Senhora do Pelouro da Juventude, Marta Moreira de Sá Peneda

**Tomado conhecimento.**



#### **24. Associação Nacional de Municípios Portugueses - Prestação de Contas de 2020 na Administração Local, calendário 2021**

Deu-se conhecimento da Nota Informativa da DGAL "Prestação de contas de 2020 na Administração Local", posterior à informação da ANMP, e que esclarecia o calendário dos órgãos autárquicos em matéria de prestação de contas que poderiam ser aprovadas nos órgãos autárquicos até 30 de junho e não 31 de maio, como evidenciado no documento da ANMP.

**Tomado conhecimento.**

#### **25. Resumo diário da tesouraria**

**Tomado conhecimento.**

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 19:23h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 32 (trinta e duas) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 19 de abril de 2021